

## ARTIGOS

## SABER PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA DE MICHEL FOUCAULT: princípios metodológicos e uma análise crítica e política dos conceitos.

Alexandre Fernandes Corrêa\*

**RESUMO:** Este artigo analisa o saber patrimonial no domínio das ações preservacionistas, identificando suas peculiaridades e perspectivas na sociedade. Reflete especialmente aspectos teóricos relacionados à arqueologia de Michel Foucault e as possibilidades de uma análise crítica e política de conceitos e paradigmas, na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Patrimônio Biocultural. Memória Social. Foucault, Michel.

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo surgiu a partir das reflexões metodológicas efetuadas para orientar os trabalhos de pesquisa que tiveram como resultado uma tese de doutorado defendida em 2001 (CORRÊA, 2003). Por conseguinte, este texto destaca procedimentos de análise realizados no decorrer dos trabalhos de campo com bens e acervos etnográficos bioculturais.

Os princípios da arqueologia de Michel Foucault, apresentados aqui, guiaram esse estudo dos processos de patrimonialização, desenvolvidos recentemente na sociedade brasileira. O argumento básico introduzido na *Arqueologia do Saber* (1995)<sup>1</sup> permitiu atingir camadas profundas dos sentidos dos enunciados elaborados sobre o saber patrimonial. Ao perscrutar as formações discursivas que informam a prática preservacionista, tanto na área dos patrimônios e memórias da cultura, como da natureza, podemos recolher ganhos críticos e políticos de incomensurável valor hermenêutico<sup>2</sup>.

\*Docente Adjunto em Antropologia do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA (PPGCS). Doutorado em Ciências Sociais: Antropologia PUC/São Paulo (2001). Pós-Doutorado em Antropologia – UFRJ/CNPq (2005). E.mail: alexcorrea@antropologia.com.br

Trata-se, portanto, de um breve artigo teórico e metodológico que faz algumas incursões no campo empírico, a título de ilustrar a reflexão com análises da fenomenologia social e cultural produzida na aventura antropológica direta.

## 2 O SABER PATRIMONIAL: peculiaridades e perspectivas

O saber patrimonial é considerado como todo discurso e toda prática enunciados em nome da constituição de qualquer espécie de patrimônio<sup>3</sup>, seja ele natural, cultural, econômico, jurídico. No entanto, por motivos de economia de espaço, nosso objeto de reflexão se limitará especialmente às peculiaridades, perspectivas e prospectivas referentes ao saber patrimonial etnológico e as políticas de preservação dos patrimônios bioculturais.

Uma pergunta logo se impõe quando apresentamos a expressão “saber patrimonial”: qual o sentido do uso da palavra “saber”? Esse termo absorve influência direta dos textos de Michel Foucault, para quem um saber é um “conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva”. Como se sabe, este conjunto é indispensável à constituição de qualquer ciência, no entanto, não se destina necessariamente a lhe dar lugar exclusivo. Convém explicitar que o saber patrimonial, se constituiu não só por diferentes disciplinas científicas, mas também pelas artes, pela literatura, filosofia, religião e uma miríade de conhecimentos que abarcam variados campos epistemológicos.

Para frisar de modo mais contundente a definição do que seja um saber propriamente dito, Foucault destaca mais diretamente:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (FOUCAULT, 1995, p. 206-7).

Para um melhor entendimento do que se vislumbra como “saber patrimonial”, consideram-se os conteúdos da definição de Foucault, exemplificando sua aplicação em nossa pesquisa sobre os patrimônios etnológicos e bioculturais.

Seguindo a ordem dos termos sublinhados na citação acima, tem-se: 1. O domínio dos objetos: são especificados como os bens e valores concretos que adquirem o *status* de patrimônios (semióforos<sup>4</sup>); 2. O domínio do sujeito: deve ser determinado no plural, já que nos remetemos aos diferentes especialistas que têm a legitimidade de apresentar pareceres e encaminhar pedidos de tombamentos; 3. O domínio dos conceitos e das categorias: estes aparecem associados ao termo do patrimônio, como o histórico, o artístico, e, especialmente, o etnográfico; 4. O domínio das possibilidades de usos: em que se encenam as perspectivas e prospectivas dos discursos patrimoniais, isto é, as ações de preservação, conservação e promoção dos bens culturais tombados, ou que são objeto de alguma ação acautelar, por parte do Poder Público.

É desta forma que os discursos e as práticas efetuadas em nome do patrimônio etnológico e biocultural na sociedade brasileira, são percebidos como constituintes de um saber patrimonial. É preciso destacar que há saberes que são independentes das ciências e das técnicas, mas não há saber sem prática discursiva definida. Como toda prática discursiva define-se pelo saber que ela forma, pretende-se, com base nestes princípios, desenvolver os pontos da investigação sobre novos domínios do conhecimento da natureza e da cultura.

Como exercício de análise mais específico toma-se o conjunto histórico de procedimentos e conceitos, enunciados em torno da idéia de patrimônio etnológico e biocultural. A idéia de preservação atravessou décadas do século XX cristalizando-se em dispositivos institucionais, como departamentos, órgãos, secretarias, conselhos, onde atuam e agenciam-se pessoas e coisas em seu nome.

A pesquisa almejou revelar as práticas discursivas em torno do patrimônio cultural em sua complexidade e densidade. Para M. Foucault essas práticas:

constituem o conjunto das condições segundo as quais se exerce uma prática, segundo as quais essa prática dá lugar a enunciados parcial ou totalmente novos, segundo as quais, enfim, ela pode ser modificada (FOUCAULT, 1995, p. 237).

São as práticas discursivas concebidas como objetos privilegiados que estruturam a análise arqueológica<sup>5</sup>. Enquanto um conjunto preciso de procedimentos metodológicos constitui o motor básico de desenvolvimento do seu trabalho histórico-crítico. A partir da análise arqueológica opera-se a abordagem das performances verbais, especificando níveis – o dos enunciados e dos arquivos – determinando e definindo domínios: as regularidades enunciativas e as

positividades.

A arqueologia é tomada como uma análise das regras características das diferentes práticas discursivas, sempre lembrando que o discurso é por si só uma prática complexa, pois “falar é fazer alguma coisa”. Tudo isso faz parte do esforço estratégico no sentido de nos aproximar do que denominamos aqui de o “mundo do patrimônio”, já que a história das ciências dedica-se quase exclusivamente ao conhecimento científico; e a arqueologia, nosso método de trabalho, dedica-se ao conjunto dos saberes, marca de sua heterodoxia.

Devemos, então, enfatizar e realçar as distinções e as especificidades das duas posições divergentes. A arqueologia percorre o eixo prática discursiva-saber-ciência, encontrando seu ponto de equilíbrio na análise do saber. Diferentemente da história das idéias que, como disciplina, faz a análise do elemento do conhecimento no eixo consciência-conhecimento-ciência. Deve-se enfatizar esse aspecto para diferenciar duas posições distintas. A arqueologia lida com o saber e a história das idéias, com o conhecimento. Isto coloca em outra ordem a questão do sujeito, pois na história das idéias lidamos com o sujeito da consciência, com a arqueologia, o continente do inconsciente e das estruturas subjacentes, é fundamental. No domínio do saber o sujeito é necessariamente situado e dependente, todavia sem que possa ser considerado titular.

A partir daí distinguem-se os “domínios científicos” - que são próprios da história das idéias – dos “territórios arqueológicos” – que são referentes aos saberes, onde encontram-se, como objetos de investigação, textos “literários” ou “filosóficos”, assim como os textos científicos. Como síntese, temos:

O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas (FOUCAULT, 1995, p. 208).

Compreende-se o saber patrimonial como parte do “território arqueológico” – nos quais aparecem os mais diferentes documentos, discursos e práticas das mais variadas áreas e disciplinas. Pois, pensar o patrimônio nos remete não só ao domínio da ciência, mas também ao domínio dos afetos, das emoções e dos sentimentos, assim como da percepção, da imaginação, dos sentidos e etc.

Como exemplo ilustrativo da aplicação desses princípios, temos as ações, as práticas e os discursos produzidos por Mário de Andrade e Aloísio Magalhães no campo do patrimônio. Foram “textos-falas-ações” produzidos em diferentes registros, uns de caráter mais científico e ou filosófico, outros mais artísticos e

literários, produzidos em nome do patrimônio histórico e artístico nacional. Como não é possível nos limites desse texto revelar os traços significativos destas práticas nas figuras dos dois autores citados<sup>6</sup>, convém aprofundar mais a idéia de uma atividade arqueológica.

### 3 PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA E POLÍTICA DOS CONCEITOS E DOS ENUNCIADOS

Em breves linhas pretende-se desenvolver mais especificamente a análise arqueológica. Em poucas palavras, pretende-se *grosso modo* aplicar a atividade arqueológica a este corpo de enunciados, práticas e discursos produzidos em nome de um saber patrimonial. Almeja-se assim, compreender a formação discursiva, a constituição dos conceitos e objetos, forjados em nome do patrimônio cultural, a fim de apreender as relações de poder subjacentes a estas práticas patrimoniais.

Neste intuito, nos aproximamos ainda mais do texto *foucaultiano*. Nesta aproximação percebe-se de imediato que a Arqueologia não obedece a um método geral, universal e “científico”. Não pode ser considerada uma atividade artística pura e simplesmente. Para Michel Foucault a Arqueologia não é uma idéia fundada no desejo de criar uma disciplina mais ou menos científica, tampouco é algo que esteja ligado à uma arte, mas, certamente, a uma espécie de atividade, isto é, uma atividade essencialmente histórico-política.

A tarefa (...) do arqueólogo é descobrir as bases, as continuidades no comportamento, no condicionamento, nas condições de existência, nas relações de poder, etc. Essas bases que se constituíram num dado momento, que substituíram e que permaneceram, estão atualmente escondidas sob outras produções ou estão escondidas simplesmente porque de tal maneira fizeram parte de nosso corpo, de nossa existência; assim, parece-me evidente que tudo isso tenha uma gênese histórica (FOUCAULT, 1996, p. 155).

A análise arqueológica efetiva três procedimentos: a) primeiramente a função de descobrir essas *continuidades* obscuras em nós incorporadas - como as opiniões, os sentimentos, os preconceitos, etc.<sup>7</sup> b) partindo do estudo de sua formação, poderá se constatar a utilidade que tiveram e que têm ainda hoje: ou seja, como atuam na economia atual de nossa existência - neste ponto, o pesqui-

sador deve se colocar diretamente como um implicado na pesquisa; c) a análise arqueológica permite ainda determinar a quais sistemas de poder estão ligadas estas bases, estas continuidades e, por conseguinte, como fazer para abordá-las.

No domínio específico do patrimônio, foi interessante balizar a pesquisa a partir das linhas de força que instauraram o saber patrimonial e a instituição do patrimônio desde a década de trinta. Observando como tudo isso foi elaborado no interior de uma série de relações econômicas e políticas; lutando contra as instâncias de normalização implementadas historicamente – como ainda ocorre, hoje, mais do que antes, nos Conselhos de Cultura dos estados e dos municípios.

A propriedade do uso do procedimento arqueológico pode ser ilustrada com o seguinte acontecimento. Essa reflexão ocorreu a partir da interrogação de uma estudante universitária participante do 47º Congresso da SBPC, realizado em São Luís no ano de 1995<sup>8</sup>. Diante dos trabalhos recentes de restauração do Centro Histórico da capital maranhense, designado *Projeto Reviver*, a estudante colocou para todos os presentes, e especialmente para os participantes da mesa-redonda que debatia o tema do Patrimônio Cultural, as seguintes questões: Por que preservar prédios e modos de existência da antiga classe dominante aristocrática e escravocrata do Maranhão? Por que preservar modos de vida e bens materiais de grupos dominantes que exploraram a maioria da população maranhense?

Tomando como base os três procedimentos arqueológicos apresentados anteriormente, convém colocar as questões da estudante em três patamares: primeiro, deve-se partir dos sentimentos, opiniões e preconceitos expressos – o que vai resultar na releitura de um projeto de preservação e conservação do passado colonial regional, realizado pelo Estado. Analisar com propriedade de que modo está sendo feito o gerenciamento político do teatro das memórias sociais locais. Segundo, colocar em foco os novos possíveis usos destes acervos do passado e analisar os interesses de quem formula estas novas propostas de uso. Terceiro, analisar o sistema de poder que está na base destas novas propostas, investigando possíveis continuidades de dominação, exploração e neo-colonialismo, isto a fim de “abortá-las”, propondo um uso emancipador e não alienado dos bens e acervos preservados.

Desse modo, a partir de questionamentos aparentemente ingênuos e radicais – pois a estudante tinha em mente a destruição dos acervos e bens culturais que compõem o cenário do patrimônio histórico local que, para ela, significam a “opressão do passado”, verdadeiros “fantasmas” de uma época em que a histó-

ria era um “pesadelo escravocrata” – podemos atingir conteúdos subjacentes às “estruturas dos sentimentos”<sup>9</sup> expressas pela estudante naquele momento dramático. A estudante que participava de um congresso científico numa capital nordestina, aproveitou a ocasião para expressar sua discordância em relação a um investimento orçado em mais de duzentos milhões de dólares; investimento que resultou no título de Patrimônio Cultural da Humanidade, oferecido pela UNESCO, em 1997. Para a estudante iconoclasta, esse acervo tinha um outro significado cultural: era símbolo da opressão, dos traumas do colonialismo e da exploração escravocrata em terras americanas. Por conseguinte, observa-se nesse exemplo, que não existem objetos privilegiados para a análise arqueológica – tudo que está na cena histórico-política patrimonial, pode sofrer o golpe de análise da “máquina arqueológica” foucaultiana.

A análise da cena ocorrida no evento referido nos leva a atingir estratos mais profundos que explicam a enunciação das questões elaboradas pela estudante. A análise arqueológica invoca o uso de práticas e procedimentos transdisciplinares. É nesse trajeto antropológico que se justifica a aproximação com outras práticas discursivas, como a psicanálise, por exemplo. O trato da memória e das estruturas dos sentimentos invoca essa migração e mestiçagem da análise. É fundamental um tratamento crítico minucioso que enquadre e descortine a enunciação em camadas de sentido. É o que acontece quando enfocamos o termo *reviver*, utilizado para o título do Projeto de Revitalização do Centro Antigo da cidade de São Luís<sup>10</sup>. Essa abordagem arqueológica<sup>11</sup> faz-se especialmente necessária aqui, pois como pontua o sociólogo francês Henri Pierre Jeudy:

“Dar novamente vida” é uma espécie de miragem que faz pensar num retorno da sociabilidade e da capacidade de engendrar a troca simbólica. A desconfiança face a essa forma de restituição é muito mais forte pelo fato de que ela faz ressurgir sofrimentos, particularmente num meio operário que vê consagrarem culturalmente seus “instrumentos de tortura”. A memória não é assim tão rósea como pensam os encarregados de gestões culturais, e a restituição de uma simbólica perdida reativa necessariamente a lembrança das violências, aflições e explorações (JEUDY, 1990, p. 31).

Em suma, podemos ser categóricos agora, a Arqueologia é uma tentativa histórico-política que não se baseia em relações de semelhança entre o passado e o presente, mas sim em relações de continuidade e na possibilidade de definir

atualmente objetivos táticos de estratégia de luta. Portanto, a “abordagem arqueológica” não é uma arte, não é uma teoria, não é um poema – é uma prática, uma atividade! De outra maneira, pode-se dizer que é uma espécie de “máquina crítica”, uma máquina que recoloca em questão certas relações de poder.

A Arqueologia não procura obedecer às mesmas leis de verificação que regem à história propriamente dita, uma vez que a história tem como fim único dizer a verdade<sup>12</sup>, dizer o que se passou, no nível do elemento, do processo e da estrutura das transformações<sup>13</sup>. Enquanto ‘máquina’, a arqueologia, consegue oferecer um modelo tal que permite que nos libertemos do que se passou, isso principalmente no que se refere aos dispositivos disciplinares e normativos. Esse ponto é particularmente importante, pois é convergente com a teoria da memória social de Henri-Pierre Jeudy (1990), que faz uma aproximação interessante com os procedimentos psicanalíticos quando descreve o processo terapêutico que “permite que nos libertemos do que se passou”, isto é, a “outra memória”. Atingimos aqui uma dialogia fecunda entre a etnologia, a psicanálise e a arqueologia foucaultiana<sup>14</sup>.

Não basta apontar para estes entrelaçamentos criativos dos saberes. É preciso considerar, além do mais, que apesar de não se constituir enquanto arte, a arqueologia tem uma vocação poética – isso, se passamos a atribuir à poesia uma função libertadora.

AArqueologia é (...) esta espécie de atividade histórico-política, (...) uma atividade ao mesmo tempo prática e teórica que deve ser realizada através de livros, de discursos e de discussões, através de ações políticas, da pintura, da música...(FOUCAULT, 1996, p. 158)<sup>15</sup>.

Empreendemos na pesquisa sobre o saber patrimonial na sociedade brasileira uma perspectiva arqueológica orientada pelos pontos básicos da teoria da “formação discursiva”. Ao delinear os limites da arqueologia Michel Foucault afirma que sua tarefa é constituir a teoria da “instância discursiva”, na medida em que tal instância é estruturada por relações encarnadas em instituições e regulamentações historicamente determinadas.

Em breves palavras, Edgard de Assis Carvalho, sintetiza o método e o empreendimento *foucaultiano*:

Foi Michel Foucault quem possibilitou o entendimento do caráter descontínuo de todos os processos humanos, ao englobá-los numa ‘história das problematizações’ sem teleologias doutrinárias ou sistemáticas, mas, ao contrário,



como um movimento repleto de reviravoltas inesperadas e inéditas. Arqueogenealogia foi o nome dessa prática metodológica que prescrevia que o deciframento de qualquer realidade continha necessariamente dois movimentos, um de caráter arquivístico, que considerava o que estávamos deixando de ser, e outro, mais atual, que visualizava o que viríamos a ser, uma forma de vir não programado, dissolvido numa multiplicidade de histórias heterogêneas (CARVALHO, 1994, p. 1-2).

Desse horizonte, almejamos enfocar as práticas discursivas efetuadas a partir da constituição de um saber patrimonial no Brasil – e é por meio de sua história que vemos se descortinar as etapas e os patamares de sua evolução. Nas primeiras décadas do século XX amadureceu a idéia de se criar um órgão federal de proteção e registro por forte influência dos países europeus, principalmente dos modelos francês e português. Aos poucos se constituíram discursos e enunciados sobre o que seria patrimonializável ou não na sociedade brasileira.

Cabe lembrar ainda que, nessa mesma época, existiram órgãos públicos incipientes na Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. O que vem testemunhar, portanto, que a institucionalização de um órgão ministerial do Serviço do Patrimônio (SPHAN) em 1937 – foi a cristalização do amadurecimento de um compromisso ideológico-político assumido por um grupo de intelectuais, ligados ao Ministério de Educação e Saúde<sup>16</sup>. Na ocasião havia dois grupos concorrentes, de um lado os “modernistas” e de outro os “tradicionalistas” e é nesse conflito que se observa a constituição de práticas políticas formando um saber patrimonial a partir de formações discursivas e disciplinares conflitivas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS:** pesquisa em processo.

A partir das idéias de Michel Foucault, o objetivo desse artigo foi acionar uma *máquina* de análise arqueológica na investigação dos processos histórico-políticos, constituintes do saber patrimonial na sociedade brasileira. Ao enfocar especialmente a formação dos enunciados sobre os patrimônios etnológicos e bioculturais nacionais, buscou-se percorrer as linhas de força de uma abordagem libertadora.

Ultimamente tem-nos interessado sobremaneira os bens de natureza e de cultura selecionados e inscritos pela UNESCO na lista do Patrimônio Mundial da humanidade<sup>17</sup>. Acreditamos que a análise arqueológica aqui proposta oferece

elementos fecundos e criativos para se empreender uma pesquisa fundamental sobre a atualidade dos estudos do patrimônio e da memória social. Em poucas linhas e exemplos procedeu-se a um trabalho crítico pertinente sem cair na “metodocracia” burocratizante dos academismos, ainda dominantes. A atividade arqueológica mantém-se a léguas de distância desses processos esterilizantes do imaginário teórico e crítico. Trata-se de uma arma poderosa contra os que fazem da ciência um exercício de domesticação e adestramento do espírito crítico.

**ABSTRACT:**

This article analyzes patrimonial knowledge in the domain of the preservationist actions, identifying to its peculiarities and perspectives in the present time. It especially reflects theoretical aspects related to the archaeology of Michel Foucault and possibilities of a critical analysis and politics of the concepts and paradigms in the society contemporary.

**Key-words:** Biocultural Patrimony. Social Memory. Foucault, Michel.

NOTAS

1 Como escreveu Immanuel Wallerstein: “(...) é possível dizer que Michel Foucault tentou analisar, em *The Archeology of Knowledge*, como são definidas, criadas e redefinidas as disciplinas acadêmicas (...)” (WALLERSTEIN, 2002, p. 261).

2 Como escreveu Todd May: “In this life, Foucault chose three avenues, which correspond roughly to the three periods into which his work is generally divided: archaeology, genealogy and ethics. Although all are addressed to the present and our attempt to understand it, these avenues have more in common than that very general orientation” (MAY, s/d, p. 02).

3 Sabe-se que a etimologia da palavra latina patrimônio é “em nome do pai”, isto é, “herança paterna”. Nesse sentido utilizamos o conceito de patrimônio, não como um termo restrito a jurídica e a economia. Como é um conceito que etimologicamente refere-se ao ‘nome do pai’, a herança da tradição, da língua, etc., é um termo que remete a fundação de uma ordem simbólica, e, como lembra J. Lacan (PORGE, 1998), remete a Lei do Pai. Desse modo, cabe frisar que o sentido do conceito vem do próprio *idioma cultural* (Eric WOLF, 1968), no qual a palavra adquiriu significado enquanto instituição familiar, econômica, política, moral, etc.

4 *Patrimônio* é tudo aquilo que resulta da transformação de certas coisas, objetos, comportamentos etc., em *semióforos*, isto é, em uma nova categoria agora significante de uma identidade cultural. “A escolha dos objetos que entram no patrimônio cultural depende de sua capacidade de receber

*significados ligados principalmente a sua história anterior, a sua raridade, a sua aparência externa*” (POMIAN, 1990, p. 180).

5 Segundo Arnold I. Davidson, no texto *Arqueologia, Genealogia, Ética: Práticas discursivas – práticas para la producción de enunciados – (...)* “caracterizadas por la delimitación de um campo de objetos, la definición de unna legítima perspectiva para el agente del conocimiento, y la fijación de normas para la elaboración de conceptos y teorías. Así, cada práctica discursiva implica um juego de prescripciones que designa sus exclusiones y opciones” (HOY, s/d, p. 244).

6 Esse trabalho de análise encontra-se no livro *Patrimônios Bioculturais: novos patrimônios na cena das políticas culturais*. Nova edição, no prelo, da tese defendida pelo autor (CORRÊA, 2003).

7 A exemplo do trabalho de Edgard de Assis Carvalho, *Virado do Avesso* (2005).

8 Conferência do antropólogo Gilberto Velho *Patrimônio Histórico e Cultural*, SBPC/1995.

9 Texto fundamental sobre o uso da expressão “estruturas de sentimento”, consultar Raymond Williams *Marxismo e Literatura* (1979), especialmente o capítulo II Teoria Cultural, seção 8. Estruturas de Sentimento (ou sentido). ps. 130-137.

10 Processo que se inicia na década de oitenta e se consagra com a inscrição do sítio histórico na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, da UNESCO, em 1997.

11 A arqueologia do saber é simplesmente um modo de abordagem (FOUCAULT, 1979, p. 156).

12 Para Foucault, o que interessa à arqueologia, ao contrário da história, é a articulação: “in different regions of our present, ‘how the human subject entered into *games of truth*’ (MAY, s/d, p. 02).

13 Como se sabe para o cientista social o que interessa é “o ser social da verdade”. Nesse sentido Michael Taussig, escreveu: “Dai a necessidade que temos de lutar contra aquela solidão, temor e silêncio, de examinar as condições de realizar a verdade e de realizar a cultura, de seguir Michel Foucault quando ele coloca que se deve ‘ver historicamente como os efeitos da verdade são produzidos no interior de discursos que, em si mesmos, não são nem verdadeiros, nem falsos” (TAUSSIG, 1993, P. 30). Texto referido: Michel Foucault, “Truth and Power”, in *Power/Knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977*, Nova York, Pantheon, 1980, p. 118.

14 Na psicanálise esse processo é designado com o termo *après-coup*. No verbete *A Posteriori* (LAPLANCHE, 1992), o termo é utilizado no mesmo sentido que a expressão técnica *après-coup* – mais usado em língua francesa. Estas duas palavras vêm do alemão *Nachträglichkeit* (*Subst.*), *Nachträglich* (*adj. e adv.*), e eram frequentemente usadas por Freud com relação a temporalidade e a causalidade psíquicas. Existem experiências, impressões, traços mnésicos que são posteriormente remodelados em função de experiências novas, no acesso a outro grau de desenvolvimento. Pode então ser-lhes conferida, além de um novo sentido, uma eficácia psíquica. Nosso objetivo, ao tratar rapidamente destas conceituações psicanalíticas, é indicar com alguma propriedade o uso destes termos, no que chamo de perspectiva patrimonial. Para entendermos o que Henri-Pierre Jeudy (1990) chamou de *outra memória* é imprescindível uma incursão básica dos conceitos de *après-coup* e *a posteriori*, são eles que nos dão o significado fundamental da idéia aqui aplicada de uma

“terapêutica” no trato da memória e do patrimônio. Se temos alguma pretensão aqui é a de estreitar as relações teóricas e práticas entre a etnologia e a psicanálise, no trato das questões aqui desenvolvidas, que são pertinentes às duas áreas do conhecimento. Afinal, as relações entre estes saberes não se restringem aos pontos aqui traçados indo muito mais além e tendo uma longa data de inspirações recíprocas. Em outro texto esse ponto é elaborado com mais minúcias (CORRÊA, 2006).

15 “Pode-se responder (...) à pergunta (...): a arqueologia se ocupa das ciências e nunca passa de uma análise dos discursos científicos? (...) responder duas vezes não. O que a arqueologia tenta descrever não é a ciência em sua estrutura específica, mas o domínio, bem diferente, do *saber*” (FOUCAULT, 1995, p. 221).

16 No capítulo sobre *os aspectos históricos* têm-se mais detalhes deste processo. Mas indica-se o livro que Lauro Cavalcanti organizou *Os modernistas na repartição* (1993) e mais a tese de Mariza Veloso Motta Santos *O tecido do tempo* (1992).

17 Nesse trajeto incluem-se processo de preservação dos teatros da memória social e natural, como vilas, parques, bairro e terreiros, com vocação museológica intrínseca. São verdadeiros eco-museus bioculturais da sociedade brasileira que atualmente estão em perigo.

## REFERÊNCIA

CARVALHO, Edgard de Assis. **Patrimônio cultural e ética da resistência**. Departamento de Antropologia. PUC/São Paulo. S/D.

\_\_\_\_\_. **Desordens e reorganizações do processo civilizatório**. Departamento de Antropologia. PUC/São Paulo. 1994.

\_\_\_\_\_. **Virado do avesso**. São Paulo: Selecta Editoria, 2005.

CAVALCANTI, Lauro (Org.) **Modernistas na repartição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Tempo Brasileiro. 1993.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais de São Paulo e São Luís**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) PPGCS/PUC/SP: São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais de São Paulo e São Luís**. São Luís: EDUFMA, 2003.

\_\_\_\_\_. **Museu Mefistofélico: o significado cultura da Coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro, primeiro patrimônio etnográfico do Brasil**. Ensaio Final de Pós-Doutorado UFRJ/CNPq. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. Teatro das memórias e do patrimônio cultural: a educação patrimonial em perspectiva. In, LIMA FILHO, Manuel & BEZERRA, Márcia. **Os Caminhos do Patrimônio no Brasil**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2006. ps. 69-88.

DREYFUS, Hubert L. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Tradução de Vera Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal. 1979.

\_\_\_\_\_. Truth and Power, in **Power/Knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977**, Nova York, Pantheon, 1980.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

\_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Roberto Machado e Eduardo Jardim. Rio de Janeiro: PUC. 1996.

HOY, David Couzens (Comp.). **Foucault**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, s/d.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Tradução Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense. 1990a.

\_\_\_\_\_. **Patrimoines en folie**. Paris: Maison des Sciences de l'Homme. 1990b.

\_\_\_\_\_. **A sociedade transbordante**. Lisboa: XXI. 1995.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da psicanálise**. Tradução Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes. 1992.

MAY, Todd. **Between genealogy and epistemology: psychology, politics, and knowledge in the thought of Michel Foucault**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, University Park, s/d.

PORGE, Erik. **Os nomes do pai em Jacques Lacan**. Tradução de Celso de Almeida. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil (1920-70)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPAS/DA/ICH/UNB: Brasília. 1992.

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**. Tradução Carlos Eugênio de Moura. São Paulo: Paz e Terra. 1993.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1979.

WOLF, Eric. The Virgin of Guadalupe: Mexican National Symbol. **Readings in Anthropology**. New York: Crewwll. 700-7. 1968.